



Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

## MARY DOUGLAS E O DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Thierry Gabriel Varela<sup>1</sup>;

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2019.v11i2.14010>

### Palavras-chave

Sociologia econômica  
Antropologia  
Instituições

### Keywords

Economic sociology  
Anthropology  
Institutions

### Palabras clave

Sociología económica  
Antropología  
Instituciones

### RESUMO

Mary Douglas, um dos grandes nomes da antropologia contemporânea, é uma grande contribuinte tanto metodológica quanto conceitual para um campo da ciência que se desenvolve e cresce cada vez mais, a Sociologia Econômica. A principal obra da autora, "Como Pensam as Instituições" de 1986, é objeto de análise dessa resenha, devido a sua grande importância para a sociologia, mesmo sendo uma robusta obra revestida com teoria antropológica.

### ABSTRACT

#### MARY DOUGLAS AND THE DIALOGUE WITH ECONOMIC SOCIOLOGY

Mary Douglas, one of the greats of contemporary anthropology, is a major contributor both methodological and conceptual to a field of science that develops and grows increasingly, the Economic Sociology. The author's main work, "How Institutions Think" from 1986, is the object of analysis of this review, due to its great importance for sociology, even though it is a robust work covered with anthropological theory.

### RESUMEN

#### MARY DOUGLAS Y EL DIÁLOGO CON LA SOCIOLOGÍA ECONÓMICA

Mary Douglas, uno de los grandes nombres de la antropología contemporánea, es una de los principales contribuyentes, tanto metodológica como conceptualmente, a un campo de la ciencia que está desarrollando y creciendo cada vez más, la Sociología Económica. El trabajo principal del autor, "Cómo piensan las instituciones" de 1986, es el objeto de análisis de esta revisión, debido a su gran importancia para la sociología, a pesar de que es un trabajo robusto cubierto de teoría antropológica.

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências sociais - UNESP/FCLar-Araraquara, graduado em Ciências Sociais - UNESP/FCLar-Araraquara. Pesquisador na área de Sociologia Econômica e futebol. Participante do grupo de estudos e de pesquisa NESPOM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8478-7837>. E-mail: [thierry.varela@unesp.br](mailto:thierry.varela@unesp.br)

**Como Pesam as Instituições.** Mary Douglas, Editora Instituto Piaget, 2004.

### Introdução

Mary Douglas, antropóloga inglesa e herdeira da tradição de estudo científicos durkheiminiana, que tem em sua biografia um livro muito citado pelos autores da sociologia econômica, nacionais e internacionais, o “Como Pensam as Instituições”, lançado no ano de 1986. A importância do livro para a disciplina sociologia econômica, ocorre na medida em que a autora mostra que toda instituição é permeada de valores culturais e cognitivos e que as instituições são fabricadas pelos agentes sociais, já que as instituições não pensam por si só. Além disso, a autora descarta a teoria do homo econômico presente na teoria econômica. Esses argumentos da autora têm sido largamente reverenciada pelos autores da área, visando demonstrar a hipótese central da sociologia econômica, a saber: que todo mercado está imerso em instituições sociais e culturais, para além do econômico.

A autora, em “Como Pensam as Instituições”, caracterizou os aspectos culturais que são responsáveis por dar forma às estruturas sociais e cognitivas das quais o indivíduo está inserido. Para isso, debruçou-se em um estudo sobre as noções de solidariedade e de como as instituições perpassam por todos os processos de reconhecimento dos indivíduos, com base nas obras de Durkheim e Fleck, dos quais Douglas utiliza o recurso do método comparativo para demonstrar os contrapontos de suas obras. O objetivo primário de Douglas é compreender as categorias de pensamento de como elas são dependentes das formações de corpos institucionais.

As instituições, segundo Douglas, não pensam por si próprias, não compreendem os seus propósitos e também não se constroem sozinhas, como se fosse uma criação metafísica com bases divinas. Para a autora, os indivíduos pertencentes aos grupos sociais são os agentes responsáveis pela construção dos caracteres institucionais que regulam a vida em grupo. Ao passo que é possível demonstrar que, ainda que as instituições não produzam o próprio pensamento e se constroem por si próprias, elas são capazes de decidir os regramentos e os aspectos formais da vida em grupo. Ao serem construídas, as instituições regulam as regras do jogo que constituem a vida em grupo. Desse modo, Mary Douglas conclui que *os indivíduos em crise não tomam por eles próprios decisões de vida ou morte.*

Para existir sociedade, são necessários pensamentos e sentimentos em comum entre os membros de um grupo. Um grupo de pessoas, amontoado de forma disforme e descaracterizado não cria laços sociais que os insiram em uma vida em grupos sociais. Ainda, segundo Douglas, é impossível construir uma sociedade apenas firmando-se em bases legalistas (DOUGLAS, 2004).

A teoria econômica da filosofia utilitarista tem por pressuposto a ideia do homo economicus, ou seja, um indivíduo que realiza cálculos a todo tempo e realiza as escolhas que são mais adequadas a ele baseadas no cálculo estritamente racionalizado da economia. Mary Douglas corre na contramão da filosofia utilitarista. Para ela, com base de pensamento fundamentada em Durkheim, em que o sociólogo demonstra a origem do pensamento individual (DOUGLAS, 2004), os indivíduos contribuem intensamente e incessantemente para o bem público, defendendo que é impossível fundar uma sociedade civil com bases estritamente utilitaristas.

Durkheim nos evidencia que a vida só é possível quando realizada em grupos e firmada por laços sociais que compõem a sociedade. E, a partir desse pressuposto, a criação de laços sociais são possíveis a partir do momento em que um grupo social tenha formas de ações conjuntas e categorias de pensamento firmadas sobre os mesmos caracteres cognitivos:

Se os homens não acreditam nestas ideias essenciais em qualquer circunstância, se não tem as mesmas concepções de tempo, espaço, causa, número, etc., todo contato entre os seus pensamentos é impossível e, com isso, toda a vida em conjunto (DURKHEIM *apud* DOUGLAS, 2004, p. 27)

A ordem social é sacralizada pelos indivíduos, como demonstra Durkheim. Para examinar a solidariedade é necessário observar diferentes formas de sociedade que não dependem somente de troca de serviços especializados e produtos de mercado. Os indivíduos carregam a ordem social em suas mentes, no seu corpo e nos gestos que eles projetam à natureza. E, segundo Douglas (2004), uma divisão avançada do trabalho corrói os aspectos harmoniosos entre a moral, a sociedade e o mundo físico, substituindo-as pela solidariedade dependente do funcionamento da sociedade de mercado.

Em oposição à Durkheim, Douglas trás o biólogo polonês Ludwik Fleck para o debate. Fleck também se

debruçou a analisar a ideia de grupo social. Com inovações conceituais como a ideia de pensamento coletivo e estilo de pensamento, Fleck conclui que o indivíduo não está consciente do seu estilo de pensamento o tempo todo, desse modo, ele argumenta que o grupo social do qual o indivíduo está inserido influi diretamente na cognição individual e na formação dos caracteres cognitivos.

Ao compreender as duas obras, Mary Douglas demonstra que Durkheim e Fleck cometem erros que podem comprometer suas teses, erro esse que pressupõe explicações funcionalistas aos dados que analisam. Durkheim, por exemplo, tem como tese central que a religião é que cria os laços sociais solidários nos grupos sociais e Fleck comete o erro de propor que o pensamento coletivo, marcado por uma estrutura geral de pensamento, quando é implicado a se comunicar em um coletivo, corrobora com a estrutura de pensamento.

Ainda, Douglas também observa que existem limitações teóricas na teoria da escolha racional colocada em evidência pela teoria utilitarista, pois, segundo a autora, as pessoas nem sempre agem de acordo com os seus interesses. Um clássico exemplo é o do indivíduo que sacrifica sua vontade em prol de seu grupo, sendo assim ele agiria completamente contrário ao interesse próprio.

O programa de Durkheim e Fleck pode responder ao criticismo funcionalista e ao criticismo da escolha racional apenas com o desenvolvimento de um ponto de vista com duas partes do comportamento social. Uma parte é cognitiva: a procura individual de ordem coerência e controlo da incerteza. A outra parte é transaccional: a utilidade individual a maximizar a actividade descrita num cálculo de custo-benefício. (DOUGLAS, 2004, p. 35)

Douglas então entra a partir de agora em um outro campo: o papel da cognição na formação dos laços sociais e a rejeição à teoria da escolha racional.

#### **A ESCOLHA RACIONAL**

A autora deixa claro durante toda a obra que a teoria da escolha racional tem limites muito evidentes. Ela demonstra que essa teoria não consegue nem tocar e nem explicar os fenômenos sociais por si só. E para isso nos traz alguns autores que estão inseridos no debate, como por exemplo Mancur Olson.

De acordo com Olson, um indivíduo quando age e se comporta de acordo com o próprio interesse racional, ele não contribui mais para o bem coletivo o que produz benefícios do seu próprio interesse. Segundo o autor, isso ocorre por duas razões:

Um argumento depende da natureza dos bens públicos, dos problemas que surgem da necessidade de cooperação para os proporcionar, e a impossibilidade de alguém os desfrutar assim que forem produzidos. [...]O outro argumento depende da diminuição de retribuições a cada pessoa que tenha contribuído para a produção, à medida que o número de pessoas que desfruta do produto cresce. (DOUGLAS, 2004, p. 38-39)

Quando o indivíduo age de forma egoísta (no sentido smithiano) ele não contribui para construir um bem coletivo e ao mesmo tempo que o coletivo, que ajuda a produzir os bens individuais, não retorna a ele o necessário para a construção dos seus bens. Ou seja, só é possível um sistema de vantagens para todos com a construção de um sistema de confiança que sobreponha a ideia de egoísmo presente na filosofia liberal smithiana e crie laços que unam os grupos sociais:

A limitação de escala alimenta a confiança mútua; a confiança mútua é a base da comunidade; a maior parte das organizações, se não tiver a base nos benefícios selectivos individuais, começa por ser comunidades pequenas e confiáveis. [...] Muitos afirmam que após o nascimento inicial através da experiencia de comunidade, o resto da organização social pode ser explicado através de encadeamentos de sanções e recompensas individuais. (DOUGLAS, 2004, p. 42)

Outro autor que Douglas traz ao debate é Michael Taylor. Ele trata a ordem social como um bem de ordem pública e acreditava que nas sociedades de pequena escala, as ações racionais individuais não ditavam o processo decisório dessa pequena comunidade. Taylor, então, analisou comunidades de três tipos: 1) comunas modernas (comunidades internacionais); 2) sociedades rurais e 3) sociedades tribais de pequena escala. E para definir o significado de comunidade, é necessário esclarecer alguns pontos que devem estar presentes a

formação: Comunidade é, por definição, pequena. Nela ocorrem diferentes tipos de interações, sendo diretas ou variadas; os processos de decisão são frutos de ampla participação comunitária; os membros da comunidade têm a mesma crença e as comunidades permanecem unidas por uma sistematização de uma rede de trocas recíprocas.

Desse modo, Taylor pressupõe que questões de justiça e igualdade econômica, participação nas decisões sobre os bens públicos, questões éticas e morais são facilmente resolvidas em comunidades.

Os autores tentam demonstrar com essa limitação de escala das comunidades os modos pelos quais são formadas as instituições que regula a vida em grupo, e acreditavam que desse modo iriam demonstrar como nasceram os sistemas de conhecimento. Entretanto, a teoria da escolha racional não foi capaz de captar as idiosincrasias de Durkheim e Fleck. Segundo os sistemas dos dois autores, o erro das formulações de Olson e Taylor é eles ignorarem o problema epistemológico:

Em vez de supor que um sistema de conhecimento aparece natural e facilmente, a sua abordagem vai do cepticismo sobre a possibilidade da acção colectiva até ao cepticismo sobre a possibilidade de conhecimento partilhado e crenças partilhadas. Esta dúvida mais abrangente sobre as fundações da comunidade indica um caminho apara uma resposta (DOUGLAS, 2004, p. 48).

A limitação de escala, as ações de e sacrifício individual e as explicações de que o indivíduo está sujeito a um grande conjunto de relações que o impede de agir livremente, não explicam por si próprias as origens das comunidades.

Jon Elster demonstra que uma explicação funcionalista não é capaz de revelar o comportamento humano. Para ele, o uso do método funcionalista com raízes históricas nas ciências sociais, frutos dos modelos funcionalistas que se consagraram nas ciências biológicas e na construção da teoria da evolução é incapaz de explicar o comportamento humano, pois não tem atributos metodológicos e conceituais que são capazes de explicar essa questão. Elster também não aceita a ideia que Durkheim e Fleck de que o grupo social gera involuntariamente processos cognitivos para garantir a própria existências. Desse modo, por mais que exista uma separação no campo científico, segundo Elster, as ciências sociais nunca distinguiram as declarações funcionalistas que são de bases explicativas das que são movimentos puramente retóricos (DOUGLAS, 2004).

Teóricos funcionalistas como Merton e Radcliff-Brown, segundo Douglas, não desenvolvem uma boa teoria funcionalista, pois tentavam justificar, assim como Durkheim, que as religiões eram o fundamento que regulava a vida em comunidade e que, a partir dela, os fenômenos sociais deveriam ser explicados. Douglas vai em direção oposta à dos funcionalistas e afirma que não só a religião não explica a vida em sociedade, mas como ela deve ser, também, explicada:

O problema logico e pratico de como é que a acção colectiva é alcançada, aplica-se tanto à religião como às outras teorias do mundo. A religião não explica. A religião deve ser explicada. Não podemos deixar que Durkheim e Fleck e os seus amigos coloquem de lado o principal problema sem mais justificação. Tal como todas as pessoas, devem descrever os passos lógicos do caso deles ou aceitar a carga de misticismo e apelas ao irracional. (DOUGLAS, 2004, p. 56)

Douglas ainda conclui que os membros de grupos latentes que não são tensionados a criar os processos de cognição e estilos de pensamento que sustentam as organizações e regulam a vida social. Não há a necessidade de forçar esse processo, pois ele é um constructo de ordem coletiva. Assim, a teoria da escolha coletiva traz ao funcionalismo uma nova vida e uma nova categoria metodológica que enriquece o método sociológico.

#### **AS ANALOGIAS**

A questão do conhecimento coletivo deve ser primariamente analisada, segundo Durkheim. Para ele, os indivíduos quando enraízam em suas mentes o modelo da ordem social vigente é quando o laço social mais elementar da vida em comunidade é formado. E Douglas tem como objetivos, a partir da ideia de Durkheim, demonstrar como o processo cognitivo está presente da fundação da ordem social e como que os processos cognitivos mais elementares da vida social dependem das instituições sociais.

Para David Lewis, as instituições são uma convenção em que as partes que articulam os mesmos objetivos

e interesses normativos fecham acordos que possam assegurar a possibilidade de conflito. A parte normativa do carácter institucional é entendida como viável se os indivíduos que compõem as partes que tem interesse, decidam consensualmente e acordam entrem si através de processos cognitivos construídos na vida social.

Para que uma convenção se torne uma instituição social legítima, precisa de uma convenção cognitiva paralela para a sustentar. (DOUGLAS, 2004, p. 68)

Nesse sentido, Schotter demonstra que instituições são dispositivos que minimizam dispersões dentro dos grupos sociais. Nas instituições tudo é dito e tudo está nela, pois estão instituídos as normas e os métodos de se fazer e de se organizar os aspectos centrais da vida em sociedade. Além disso as instituições carregam em seu corpo histórico toda a informação e conhecimentos úteis para a vida do grupo que a pertence. Schotter demonstra que as forças sociais sempre caminham em direção ao equilíbrio, assim, ele se insere no campo do funcionalismo contemporâneo, segundo Douglas.

Para Douglas, o objetivo é compreender como que são fundadas as analogias da natureza e muito além disso, compreender como as analogias são acordadas entre membros pertencentes aos grupos sociais.

Se nós compreendemos que as instituições são construídas, firmadas, acordadas e estabilizadas pelos dispositivos cognitivos ao invés de meros dispositivos normativos, também devemos compreender o modo pelo qual se constroem os dispositivos cognitivos que formam as instituições. Loyd acredita que as sociedades primitivas usam como regra a organização dicotômica como formas de relações sociais, organizando e separando os grupos em caracteres opostos e dualistas: sim e não, branco e preto, homem e mulher, etc.

Cada grupo, então, é classificado de um modo. Mesmo que sejam grupos ou coisas parecidas, elas não necessariamente pertencem ao mesmo escopo, como o de classe o gênero. Mary Douglas nos dá como exemplo a diferença que existe entre as classificações científicas e populares para o mesmo objeto e como elas são diferentes entre si. E, para haver o processo de reconhecimento, uma coisa deve sempre negar a outra, de modo a polarizar e excluir o diferente:

A única actividade que, fora de si, nunca pode ir em direcção de outra, não mais do que as instituições podem evoluir no sentido da organização completa de informação ao começar pelas convenções espontâneas de autopolicamento. (DOUGLAS, 2004, p. 85-86)

Analogias estão presentes em todo o campo social e o próprio padrão social reforça a ideia dessas analogias, ainda mais quando as estruturas das noções de autoridade ou precedentes ao carácter das instituições estão presentes no grupo social. Douglas compreende que os gestos de classificação, separação e analogias estão inseridos no processo que culmina na construção dos campos institucionais. Sendo assim, qualquer ato de classificação ou recordação são institucionalizados, pois as instituições criam padrões cognitivos nos indivíduos. Ou seja, ainda que os caracteres cognitivos individuais criam as normas institucionais, as normas institucionais moldam os caracteres cognitivos individuais, como uma relação de troca e puramente dialética.

Com o tempo, as instituições se modificam e se reformulam. O campo institucional reescreve a todo momento a sua história e adequa-se ao tempo em que está presente. As instituições podem ser vistas como produto do tempo em que o grupo social que a forma está inserida.

Evans-Pritchard introduz no debate teórico da antropologia social do Reino Unido o conceito de amnésia estrutural no ano de 1940, quando publica o clássico *Os Nuer*. Nessa obra, o autor discorria sobre as relações entre a ordem social e a memória coletiva. O interesse de Pritchard era descobrir como as gerações antepassadas gravavam os nomes dos ancestrais na memória. Em outra via, o clássico *On the Shoulders of giants* de Robert Merton de 1965, estava interessado em descobrir como é que as memórias dos grupos sociais e coletivas eram abandonadas e esquecidas:

Os antropólogos tendem a virar a questão ao contrário. Estão menos inclinados a perguntar qual a razão das pessoas se esquecerem. Para eles, a recordação é coisa peculiar que precisa ser explicada. (DOUGLAS, 2004, p. 97)

Tanto Pritchard quando Merton tratavam o sistema de organização social como uma unidade. Enquanto

Pritchard defendia que a recordação é parte da organização dos grupos sociais, no caso dos Nuer, Merton defende que o esquecimento é parte integral dos sistemas sociais, quando se referia ao campo da ciência. Segundo Douglas, as obras de Pritchard e Merton, comprovam que as instituições dirigem e controlam a memória.

Mary Douglas demonstra que para cada tipo de sistema de organização social diferente, existe um modo diferente de se fazer analogias. As memórias são recordadas a partir de processos diferentes e por questões diferentes:

O discurso continua: quanto mais simples e isoladas são as unidades sociais, mais simples e fragmentária será a memória pública, com menos indicações e menos níveis de ascensão ao início do tempo (RAYNER, 1982). Quanto mais a organização social for um grupo latente, consciente dos problemas organizacionais, pormenorizados no capítulo 3, mais os seus membros vão invocar a história de perseguição e resistência. A sociedade competitiva celebra seus heróis, a hierarquia celebra os seus patriarcas e a seita religiosa os seus mártires. (DOUGLAS, 2004, p. 109-110)

### **O PENSAMENTO INSTITUCIONAL**

É nosso dever reforçar que o pensamento institucional acontece através de analogias dualísticas e opostas entre si. Desse modo, o pensamento institucional nasce quando há um consenso entre o certo e o errado. Foucault, na *Arqueologia do Saber* de 1969, demonstra como o pensamento institucional, ou como os pensamentos que realizam as instituições são capazes de dominar e controlar os corpos de acordo com as noções construídas pelas convenções sociais postar (certo versus errado, preto versus branco, homem versus mulher, hétero versus homo, etc.)

Também devemos frisar que as instituições sistematizam as características inerentes ao indivíduo, como por exemplo as memórias e as percepções da realidade e as tornam correspondentes e compatíveis com que o desenho institucional posto pelo grupo social autoriza. Segundo Douglas, as instituições padronizam e formam as emoções:

Se a instituição depender da participação, vai responder à nossa questão frenética: 'mais participação', se depender da autoridade, vai apenas responder: 'mais autoridade!'. As instituições têm a megalomania patética do computador cuja toda visão do mundo é nosso programa. Para nós, a esperança da dependência intelectual é resistir e o primeiro passo necessário na resistência é descobrir como o domínio institucional é colocado sobre a nossa mente. (DOUGLAS, 2004, p. 127)

Émile Durkheim e Max Weber, em outro polo, focam seus trabalhos à racionalidade e à ação das ideias relacionadas com as instituições, de modo a compreender o individualismo não só como um princípio social, mas também filosófico. Durkheim tinha interesse em compreender a questão do compromisso com a ordem social (solidariedade ou ação coletiva), Weber, entretanto, explica o domínio das ideias e ideais particulares do indivíduo na construção e desenvolvimento de novos padrões institucionais.

Durkheim ainda faz uma análise de como as classificações mundanas como projeção daquilo que é construído a partir dos cultos religiosos. Segundo Durkheim, o homem moderno escapou das dominações institucionais. O fato é construído, segundo Douglas, a partir do momento em que o pensamento institucional tem a sua maior vitória e conseguiu passar despercebido em uma sociedade de indivíduos que são regulados a partir de relações sociais baseadas em trocas mercadológicas, a construção do *homo economicus*. A liberdade que é oferecida pelo mercado (e um ponto de vista da filosofia utilitarista) nos faz crer que as amarras institucionais estão frouxas e há permissividade para escolher cumprir ou não as regras institucionais, ainda que inconscientemente.

### **AS INSTITUIÇÕES COMPARTILHAM PENSAMENTOS**

As instituições são responsáveis por tomarem decisões de vida ou decisões de morte. Não é verdade a impressão e que as instituições tomam decisões pequenas, rotineiras e pragmáticas. Construídas em uma base racional e natural, é, junto aos indivíduos que o corpo institucional formará as noções de sociabilidade (as analogias que dão significado à vivência) e, desse modo as instituições vão legitimar a todo momento a

sua própria dominação, justificada a partir de uma naturalidade presente no mundo de regras socialmente instituídas e construídas. Como vimos com Evans-Pritchard e Merton, as instituições tomam controle das memórias de seus membros, controlando o esquecimento e as lembranças daquele grupo social. Ainda, são capazes de lembrar como justiça determinadas pelas regras que são efetivas devem ser respeitadas. Em outro escopo, ainda esquecem quando as regras são burladas e não são capazes de serem justas em determinadas situações:

Nesta altura, a questão sobre o relativismo moral torna-se urgente. Terá o argumento cortado a base de baixo de si mesmo? De maneira tosca, o caso é que as opiniões morais são preparadas pelas instituições sociais. É muito raro e difícil para o indivíduo escolher uma posição moral numa base racional individual. (DOUGLAS, 2004, p. 160)

A conclusão da obra de Douglas passa por demonstrar que ao invés de uma filosofia da moral, que emprega o agente livre e soberano para escolher como condição máxima e final de sua vida, tenha-se a noção de que seja necessário um agente que precisa se descobrir – não escolher – os fins próprios e os fins do grupo social que vive. Para Douglas, a partir das ideias de Sandel, é possível que se tenha como fim a ideia de uma comunidade que seja construtiva para os meios de autodescoberta individual.

Durkheim e Fleck pensavam que cada tipo de comunidade fosse um mundo de pensamento, expresso no seu próprio estilo de pensamento, penetrando as mentes dos seus membros, definindo a experiência estabelecendo os pólos da compreensão moral. [...] Apenas através da inclinação deliberada e de um esforço extraordinariamente disciplinado, foi possível criar uma teoria do comportamento humano, cuja consideração formal de raciocínio apenas considera os motivos de amor-próprio, e uma teoria que não tem uma maneira possível de incluir uma determinada disposição para a comunidade ou para o altruísmo, muito menos para o heroísmo, excepto como uma aberração. O programa Durkheim-Fleck aponta para um caminho de retorno. (DOUGLAS, 2004, p. 170)

Os indivíduos compartilham os pensamentos de forma a harmonizá-los, por isso vivem em grupos sociais. Com efeito, afirmamos que, vivendo em grupo, as regulações institucionais que possam tomar decisões que são impossíveis de serem tomadas por um grupo social de forma homogênea e sem nenhum conteúdo para compartilhar, carregados de vontades individuais e interesses próprios, são uma construção social necessária. As instituições existem para tomar as decisões que indivíduos atômicos e egoístas (no sentido smithiano) não são capazes e tomar, a não ser a decisão de construir as próprias instituições que penetram nos campos sociais que formam a vida.

## REFERÊNCIAS

DOUGLAS, M. **Como Pensam as Instituições, Coleção Sociedade e Organizações, sob a orientação de A Olivera Cruz Syracuse University Press, 1986. Editora Instituto Piaget, 2004.**